

Prioridades invertidas

ARELI SANDOVAL TERÁN¹



Para gerar mais recursos para o desenvolvimento social, o presidente Fox promoveu, durante o ano de 2001, uma reforma fiscal regressiva, cujo objetivo real era conseguir, a todo custo, um menor nível de endividamento público, como exigem as instituições financeiras internacionais. Enquanto o desenvolvimento social não é prioridade, o pagamento da dívida pública e seu resgate estão garantidos.

Segundo o documento *Crerios gerais de poltica econmica para 2002*², a estreita ligao comercial e financeira do Mxico com os EUA – que implica uma sincronia cada vez maior nas tendncias das duas economias – est na origem da explicao do governo federal para a atual desacelerao econmica do pas.

Em grande medida, a situao da economia mexicana est determinada pela evoluo do ciclo econmico mundial, que, por sua vez, est determinado primordialmente pelo futuro da economia dos EUA. Nesse contexto, a estratgia proposta tem como eixos principais a disciplina fiscal, a execuo responsvel, transparente e eficiente dos gastos pblicos e a promoo das reformas estruturais necessrias para fortalecer as bases da economia.

Ainda segundo o documento, o principal desafio que enfrentar a poltica econmica do Mxico durante 2002 ser restaurar o dinamismo da economia num ambiente internacional instvel e incerto, para comear a reverter a perda de empregos que sofreu em 2001.

As metas macroeconmicas do governo Fox para 2002 so, em primeiro lugar, aumentar o ritmo da atividade econmica, da gerao de emprego formal e da renda real das famlias. Em particular, propem-se a atingir uma taxa de crescimento real do PIB de 1,7% ao ano. Em segundo lugar, visam reduzir o processo inflacionrio. Em coordenao estreita com o Banco do Mxico, a poltica fiscal contribuir para que o aumento anual dos preos no ultrapasse 4,5%. Em terceiro lugar, pretende-se manter as contas externas do pas em patamares moderados e saudveis do ponto de vista financeiro. Com base nas projees de crescimento econmico do Mxico e dos EUA, e do preo internacional do petrleo, calcula-se que a conta corrente da balana de pagamentos registrar um dficit equivalente a 3,4% do PIB durante 2002.

O governo reconhece o grave atraso e a iniquidade social existente entre as etnias, regies e geraes no pas. Mas usa como argumento a insuficincia de recursos para impulsionar e fortalecer os programas sociais destinados a atender s necessidades mais prementes em matria de diminuio da pobreza, nutrio, educao, habitao, sade, desenvolvimento rural, infra-estrutura e justia.

Para gerar mais recursos para o desenvolvimento social, o presidente Fox promoveu em 2001 uma reforma fiscal, cujos custos sociais so reconhecidos parcialmente, que inclui uma compensao de valor nfimo para as famlias de menor renda.

Passo atrs

Muitos setores tm questionado a proposta do Executivo. Do ponto de vista das organizaes que promovem os direitos econmicos, sociais e culturais (Desc), a reforma fiscal est regressiva em termos dos direitos bsicos como sade, alimentao, educao, cultura, acesso ao progresso cientfico e tecnolgico e a habitao. Faz incidir 15% de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) sobre remdios, alimentos, livros, bolsas escolares, transportes e rendimentos.

Se a reforma for aprovada, o governo estar violando vrios artigos do Pacto Internacional sobre os Direitos Econmicos, Sociais e Culturais (Pidesc). O Mxico faz parte desse acordo desde 1981, o que o obriga a tomar medidas para o aumento progressivo do gasto social e para melhor distribuio de riqueza, e tambm a combater a concentrao de renda crescente. Com aumento do IVA, o impacto social ser enorme, enquanto o impacto econmico ser mnimo, pois somente ir gerar recursos adicionais equivalentes a 1,7% do PIB.

Para aumentar os recursos internos para o desenvolvimento, a base de contribuintes deveria ser ampliada e os bens suprfulos, taxados. Assim como o capital especulativo nacional e estrangeiro que gera grandes lucros privados sem nenhum benefcio social. A proposta do imposto sobre as transaes financeiras foi, de fato, uma das mais discutidas na Conferncia

¹ Coordenadora do *Social Watch* do Mxico, Programa Diplomacia Cidad de Deca Equipo Pueblo, A.C.

² Programa Econmico, em: www.shcp.gob.mx.

Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento (realizada em março deste ano, em Monterrey).

O objetivo real da reforma fiscal promovida pelo governo Fox é conseguir, a qualquer custo, diminuir o endividamento público, como exigido pelas instituições financeiras internacionais em suas políticas de ajuste estrutural. Essas políticas vêm sendo aplicadas no México nos últimos 20 anos, piorando as condições de vida de milhões de mexicanos/as.

De acordo com economistas da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM), as instituições financeiras internacionais “já projetaram praticamente o programa para todo o mandato de seis anos de Fox”³ e a prioridade da política econômica é o pagamento da dívida pública.

Tabela 1 - Indicadores da dívida externa e interna			
Em % do PNB	2000	2001*	2002*
Dívida externa total	26,0	24,8	23,5
Dívida externa do setor público	14,7	13,8	12,5
Dívida externa do setor privado	11,3	11,1	11,0
Em % da exportação de bens, serviços e transferências			
Dívida externa total	119,0	123,7	118,3
Serviço da dívida externa total	42,1	31,6	26,5
Serviço da dívida pública externa	26,0	16,1	12,1

*Projeções do FMI. Fonte: www.imf.org

No último informe do FMI sobre o México (Consulta do Artigo IV),⁴ o Fundo felicitou o governo mexicano por seus cortes nos gastos públicos e por seu compromisso de fazer cortes futuros, se forem necessários para reduzir o déficit (parágrafo 49). Também foi acolhida a proposta de reforma fiscal (parágrafo 51) e assinalado que, sem ela, a dívida pública aumentaria e a economia seria mais vulnerável a pressões externas e à flutuação dos preços do petróleo (parágrafo 52).

Por sua vez, o Banco Mundial, na sua Estratégia de Assistência ao País (CAS, na sigla em inglês) para o período 1999-2000, assinala as reformas estruturais que devem ser promovidas pelo governo mexicano para obter o apoio do Banco: reforma fiscal, financeira, trabalhista e do setor de Saúde do Instituto de Seguridade e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado.⁵ Essas reformas são financiadas através de um portfólio de 23 projetos, que incluem aspectos setoriais, como a redução direta da pobreza.

Em relação à situação do país em termos de disponibilidade, alocação e distribuição de recursos para o desenvolvimento, o Projeto de Orçamento dos Gastos para 2002 (PEF) – enviado pelo presidente da República à Câmara dos Deputados para exame e aprovação em novembro passado – prevê despesas líquidas totais de US\$ 153,3 bilhões. Significa um crescimento real de somente 0,3% em relação ao ano anterior e, como proporção do PIB, uma diminuição de 0,4%.

Os gastos programados (incluindo o gasto social) serão de US\$ 106,5 bilhões, uma redução real de 1% em relação ao esperado para este ano. Como proporção do PIB, passará de 16,3% para 15,9%, uma queda de 0,4% do PIB. As despesas programadas representam 69,47% dos Gastos Líquidos Totais.

Menos para quem precisa mais

Os gastos para o desenvolvimento social e humano serão de US\$ 64,3 bilhões, representando 60,4% das despesas programadas e 41,97% dos gastos líquidos totais. No entanto, o Projeto de Orçamento dos Gastos para 2002 diminuiu o gasto social em relação ao ano anterior:

*“pois declinou de 10,7% para 9,6% do PIB, subordinado a uma reforma fiscal que, ainda que aprovada como foi apresentada, teria um efeito na arrecadação muito pequeno, se considerarmos que atualmente a receita tributária representa 11% do PIB e, quando muito, aumentaria para 13%”.*⁶

As maiores transferências do orçamento estão no resgate bancário (0,7% do PIB em 2002 e 0,10% a cada ano a partir de 2003, “uma projeção avalizada pelo FMI”).⁷

3 Juan Moreno Pérez, catedrático da UAM, citado por Agustín Vargas Jiménez em “El gobierno se doblega ante el FMI”. Semanário mexicano *Proceso*, n. 1305 de 4 de novembro de 2001, p. 39.

4 Country Report n. 01/190 Mexico: 2001 Article IV Consultation-Staff Report, Staff Statement. Public Information Notice on the Executive Board Discussion and Statement by the Executive Director for Mexico, outubro de 2001, em: www.imf.org.

5 Country Report n. 01/190, *op. cit.*, p. 46.

6 Armando Labra M. “Presupuesto, terror; talento macabro”. *La Jornada*, diário nacional de 26 de novembro de 2001, p. 35.

7 Juan Moreno Pérez, *op. cit.*

Vários programas do setor de Saúde dependem de um empréstimo do Banco Mundial de US\$ 350 milhões nos próximos cinco anos. O empréstimo foi conseguido sob a condição de que fosse aprovada a reforma fiscal mencionada anteriormente. Assim, ações como as de saúde e nutrição dos povos indígenas, prevenção do HIV/Aids, consolidação da ampliação da cobertura e a proposta de criar um seguro popular estariam seriamente limitadas, deixando de beneficiar regiões e municípios onde vivem 13,6 milhões de pessoas em condições de marginalização social.⁸

A educação é o eixo da política de desenvolvimento humano e social do governo Fox, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2001-2006. Entretanto, a previsão de gastos com educação superior para todo o período de seis anos é de 50 bilhões de pesos, enquanto as operações de resgate bancário consumiram 70 bilhões de pesos em somente dois anos.⁹

Da mesma forma, o PEF 2002 prevê um corte de até 2,5 bilhões de pesos na educação superior, o que representa 3,3% – em relação à Ciência e Tecnologia, o corte é de quase 18%.¹⁰ Por exemplo, o Instituto Politécnico Nacional teve seu orçamento reduzido em 7,49% em relação a 2001 e a Universidade Autónoma Metropolitana, em 8,26%. Com a redução, a meta de investir 8% do PIB em Educação não será atingida.

A diminuição dos gastos com educação superior não somente trará problemas trabalhistas, com surtos de greves em 30 universidades do país pela contenção salarial de 4,5 % indicada pela Secretaria de Fazenda e Crédito Público. Também acarretará um investimento menor em pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia.¹¹

O Instituto Nacional dos Povos Indígenas sofrerá um corte orçamentário de 6% em 2002, que afetará principalmente a Procuradoria de Justiça – que havia solicitado um aumento de 200%. Esse corte reduzirá o pessoal; limitará o programa para ajudar a liberar indígenas encarcerados nos estados; diminuirá a assessoria e defensoria jurídica em casos de abuso; e afetará os convênios com 263 organizações indígenas, ONGs e agrupamentos acadêmicos do país.¹²

A atual administração tem de cumprir suas obrigações em matéria social, dando prioridade à política social na alocação dos recursos disponíveis. Embora o México precise de recursos adicionais, tanto internos quanto externos, o desenvolvimento social não pode ser condicionado a tais recursos, enquanto com a renda da população mexicana se asseguram o resgate dos bancos e o pagamento pontual da dívida.

Finalmente, nenhum esquema de financiamento para o desenvolvimento será plenamente eficaz se não se modificar o modelo econômico vigente no contexto da globalização econômica. Este modelo atenta seriamente contra o direito ao desenvolvimento e os direitos econômicos, sociais e culturais da população mexicana e mundial. Os direitos humanos devem ser o critério orientador da política econômica por seus princípios de equidade e justiça. ■

Deca Equipo Pueblo, A.C. – Programa Diplomacia Ciudadã
<pueblodip@laneta.apc.org>

8 Ángeles Cruz. "Hacienda condiciona la firma de un crédito del BM para salud a la aprobación de la reforma fiscal". *La Jornada*, diário nacional de 26 de novembro de 2001, p. 30.

9 Karina Avilés. "Incumple el gobierno foxista la ley de educación". *La Jornada*, diário nacional de 26 de novembro de 2001, p. 29.

10 *La Jornada* de 29 de novembro de 2001, p. 16.

11 *Ibidem*, p. 15.

12 *La Jornada* de 10 de dezembro de 2001, p. 13.